

O LIVRO DIDÁTICO E A INDÚSTRIA CULTURAL

Gladir da Silva Cabral¹

Glauco Roberto Salvan²

Resumo: O presente artigo busca discutir sobre como a Indústria Cultural está presente na produção do livro didático e suas implicações para o processo educativo que ocorre no espaço escolar. Ao analisar a influência do capitalismo que tornou a arte mais uma de suas mercadorias, o filósofo Theodor Adorno discorre como a arte foi perdendo sua essência de expressão e manifestação do humano devido à presença do capital. Diante dessa perspectiva, e relacionando ao livro didático, que é base de ferramenta dos professores atualmente, analisa-se neste artigo o surgimento da indústria de livros didáticos, que busca promover, dentro da lógica capitalista, um mercado consumidor de livros. A compreensão crítica do livro didático dentro desse processo parece fundamental para sua utilização plena em sala de aula.

Palavras-chave: Indústria Cultural. Livro Didático. Educação. Docência.

TEXTBOOK AND CULTURAL INDUSTRY

Abstract: This article discusses how the Cultural Industry is present in the production of textbooks and its implications for the educative process. By analyzing the influence of capitalism, which transformed art into another commodity, the philosopher Theodor Adorno discusses how art has lost its essence of expression of the human due to the dominion of capital. Based on this perspective and relating it to the textbook, which is a basic tool for teachers, this article analyzes the emergence of the textbook industry, which seeks to promote, within the capitalist logic, a consumer market for books. The critical understanding of the textbooks in the context of their industrial production seems very important for its use in classroom.

Key words: Cultural Industry. Textbook. Education. Teaching.

1. INTRODUÇÃO

No presente artigo, serão trabalhados os temas da Indústria Cultural e como ela foi constituída dentro da lógica de mercado do sistema capitalista, afetando radicalmente a percepção das expressões artísticas. Com base no pensamento do

¹ Doutor em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor na Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: gla@unesco.net.

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Theodor Adorno, que elaborou o conceito de Indústria Cultural, discute-se neste artigo o mercado editorial de livros didáticos atuais, que parte basicamente do princípio lógico de vender material didático para atender a um mercado consumidor de livros que são utilizados como base de ensino nas escolas atuais, tendo como perspectiva o lucro das editoras e o atendimento das necessidades educacionais das grandes massas.

Brevemente falando, o livro didático é um manual no qual uma certa quantidade de conteúdos vem listada e pré-determinada para o professor desenvolver com seus alunos no decorrer do ano letivo. Neste artigo, a partir do pensamento adorniano e com o apoio de Paulo Meksenas, apresento uma reflexão sobre como a produção do livro didático impacta as atividades em sala de aula, principalmente considerando o papel do professor nesse processo. É muito importante que este atue com autonomia em relação ao livro.

Quando o professor não faz uso de sua autonomia profissional, torna-se um mero reproduzidor do conhecimento selecionado pelas editoras, pelo sistema educacional que leciona (ensino particular ou público) ou até mesmo pelo próprio governo. A economia de mercado estabelece uma relação comercial que força professor e aluno a seguirem o livro didático escolhido por sua instituição escolar. Tal fenômeno caracteriza uma relação de poder em que as atividades e avaliações servem como meio disciplinador. Pode-se correlacionar isso com o que observa Michel Foucault a respeito do poder disciplinar, que é marcado pela vigilância e pela punição:

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que em todos os dispositivos de disciplina o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível. (FOUCAULT, 1977, p. 87)

Segundo Paulo Meksenas (1995), o livro didático se define como objeto ou instrumento que está ligado ao ensino/aprendizagem e possui características próprias

quanto à apresentação dos conteúdos. Meksenas relaciona o livro didático à industrialização europeia iniciada no século XIX. O livro tornou-se um produto educacional formador de cultura, que guarda e disponibiliza conteúdo e propõe práticas de ensino por meio de exercícios e atividades diversas.

No Brasil, diversos livros didáticos de história abrangem a história do território brasileiro, reconstruindo, de forma pedagógica, o passado da nação, legitimando sua hegemonia e justificando o uso do poder sobre a massa, assim como a Argentina, o Paraguai e os Estados Unidos da América têm seus próprios livros didáticos por meio dos quais buscam sua legitimidade diante de seu povo. Para exemplificar, no relato da guerra do Paraguai, a figura de Solano Lopes é retratada nos livros brasileiros como inimigo do Brasil, enquanto nos livros didáticos paraguaios ele é visto, além de herói, como um mártir, fazendo-se até os dias hoje a sua defesa entre os historiadores paraguaios.

Como evidencia Meksenas, na citação logo abaixo, o livro didático buscava e ainda busca atingir um determinado objetivo diante da sociedade civil, ao carregar certas óticas sobre determinado conteúdo. O livro propõe temas e atividades vinculadas a uma determinada prática de ensino, conseqüentemente chegando a um modelo próprio de atuação pedagógica. Vejamos a citação:

O livro didático aparece, inicialmente, relacionado ao processo de industrialização europeia, ocorrida no século XIX, e a conseqüente expansão do sistema de ensino formal, em que o estado, financiando a produção de livros ou adquirindo-os para serem utilizados em escolas públicas, buscava sua hegemonia ante setores da sociedade civil como a Igreja, por exemplo. Nesse contexto, o livro didático origina-se e é utilizado [...] como instrumento de dupla formação, a de transmitir um dado conteúdo e de possibilitar a prática de ensino. Ou seja, o livro didático não seria apenas um veículo de transmissão do que se considera digno ser transmitido, mas um veículo que expressa um modo específico (um modelo) de atuação pedagógica, em especial porque confere, de algum modo, autoridade e legitimidade a essa atuação. (MEKSENAS, 1995, p. 130)

No processo de escolha, produção e distribuição, o livro didático se torna objeto de lucro para as editoras, que competem entre si, cada uma com seu produto, seu plantel de autores, economizando o quanto podem na produção do material impresso para, assim, atender aos critérios e ganhar as licitações do MEC (no caso do Brasil),

e então oferecer seu produto ao preço mais baixo possível ao público consumidor: professores e alunos. Como observa Circe Maria Bittencourt:

Os Livros Didáticos são produtos culturais fabricados por técnicos que determinam seus aspectos materiais, assim este caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma mercadoria ligado ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista. (BITTENCOURTT, 2001, p. 301)

O livro didático tornar-se mais um produto na economia de mercado que visa a atender à demanda de escolas, alunos e professores conforme as necessidades educacionais indicadas pelos currículos a serem implantados.

Todos os anos as editoras correm contra o tempo, criando livros dinâmicos, com conteúdos previstos nos currículos, porém com caráter inovador, principalmente nas atividades práticas, pois no contexto da livre concorrência o livro precisa chamar a atenção dos seus consumidores. Diante disso, o livro deixa de ser um apenas instrumento de conhecimento, para tornar-se mais um produto dentro do sistema capitalista.

2. RELACIONANDO A INDÚSTRIA CULTURAL DE ADORNO AO LIVRO DIDÁTICO E A FIGURA DO HERÓI

Em meados do século XX, a Escola de Frankfurt, trazendo uma nova abordagem a partir da teoria crítica, a partir de ideias marxistas, propôs uma nova reflexão em relação às disciplinas de Sociologia, Filosofia e Psicologia, discutindo temas até então pouco debatidos, sendo um deles a relação entre capitalismo e arte. Nessa escola foi que se criou o conceito de “Indústria Cultural”, que busca explicar a transformação de diferentes obras em produtos industrializados e padronizados.

Adorno discute, de maneira crítica, as consequências do capitalismo para as produções artísticas, que se tornaram mais uma mercadoria a ser consumida pelas massas. Ao contrapor cultura popular e cultura de massa, Adorno observa como a arte transformou-se em produto para atender ao mercado consumidor. Como demonstra Adorno:



Unahce
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação



A Indústria Cultural distingue-se de cultura de massa. Esta é oriunda do povo, das suas regionalizações, costumes e sem a pretensão de ser comercializada, enquanto que aquela possui padrões que sempre se repetem com a finalidade de formar uma estética ou percepção comum voltada ao consumismo. E embora a arte clássica, erudita, também pudesse ser distinta da popular e do comercial, sua origem não tem uma primeira intenção de ser comercializada e nem surge espontaneamente, mas é trabalhada tecnicamente e possui uma originalidade incomum – depois pode ser estandardizada, reproduzida e comercializada segundo os interesses da Indústria Cultural. (ADORNO, 2002, p. 32)

Não é novidade que a educação virou produto de mercado, e esse fenômeno está se intensificando nos últimos anos. Embora a educação não seja uma indústria convencional, assim como a arte, ela é agregada ao sistema, sobretudo pela produção de livros, que é principalmente ocupado pelas editoras de material didático e paradidático, e estas fazem o possível para se manterem vivas no mercado e para nele terem o maior lucro possível. Entretanto, há também outras manifestações dessa mercantilização, como os processos de privatização do ensino universitário, por exemplo.

A partir da proposição de Adorno, observamos que o mercado educacional também passou a fazer parte de uma indústria bastante especializada e atenta aos editais governamentais, aos rigores da demanda. Ao longo da história, percebe-se uma sensível melhora na qualidade dos materiais produzidos, num processo de aprimoramento do produto, segundo a lógica da produção de massa.

Quando falamos de História, o sistema capitalista, desde seu surgimento, tem desenvolvido-se a partir de práticas mercantilistas e expandiu-se de maneira acelerada praticamente pelo mundo inteiro, enfrentando crises como a de 1929, porém se reestruturando e atravessando desde o período colonial até o presente momento, impondo-se às nações e tornando-se global. Como demonstra Florestan Fernandes:

O exemplo inglês evidencia que a apropriação colonial foi um dos fatores básicos da chamada acumulação originária de capital, ou, como se diria hoje, do desencadeamento e aceleração do “arranco econômico”. O exemplo quase total do “mundo subdesenvolvido” revela que os países a ele pertencentes se veem compelidos a realizar a revolução capitalista sob o impacto da perda constante (e por vezes crescente) de parte substancial do próprio excedente econômico, dinamizada além do mais como fator de intensificação da heteronômica econômica. Em um extremo, temos uma economia de mercado capitalista que crescia com o excedente econômico transferido ou pilhado de economias coloniais. No outro, deparamos com uma

economia de mercado capitalista que, ao crescer, corre o risco de se tornar ainda mais dependente. (FERNANDES, 1975, p. 56)

Esse mesmo capitalismo iniciado no período colonial vem, na modernidade, manifestar-se na indústria vinculada à cultura e posteriormente passa a incorporar o meio educacional, com as editoras de livros didáticos e os grandes empreendimentos educacionais privados. Nesse cenário, tudo faz parte da indústria, tudo é a indústria, desde CDs aos *pen-drives* que os professores solicitam aos estudantes, até os DVDs didáticos e o acesso a *sites* educativos. A nós, professores do ensino fundamental e médio, nos chegam esses materiais educativos, todos atualizados quanto aos movimentos do mercado da indústria cultural, regulamentados por leis e decretos específicos e regido por editais periódicos de contratação de gráficas e editoras.

Na crítica feita por Adorno ao sistema capitalista, que não se apropriou somente da força de trabalho e dos bens materiais produzidos para consumo, mas também das artes e da cultura, vê-se claramente a mudança daquilo que se considerava pertencente ao universo das artes e que agora é tratada como produto. O filósofo critica veemente esse processo ao dizer que a arte passou a ser uma mera mercadoria, pois perdeu sua prerrogativa estética ao ser reproduzida para a ampla vendagem:

Os lamentos dos historiadores de arte e dos defensores da cultura sobre a extinção da força geradora de estilo no Ocidente são acanhadamente infundados. A tradução que a tudo estereotipa – inclusive o que ainda não foi pensado – no esquema da reprodutibilidade mecânica, supera em rigor e validade qualquer estilo verdadeiro, conceito com o qual os amigos da cultura idealizam – como orgânico – o passado pré-capitalista. (ADORNO, 2002, p. 11)

Essa indústria cultural é definida por Meksenas como um empreendimento que consiste na transmissão desses “produtos” em uma escala industrial para a massa. Meksenas cita que:

[...] a Cultura de Massa é composta de diferentes produtos culturais extraídos quer da “Cultura de Elite”, quer da “Cultura Popular”; consiste na transmissão desses produtos em escala industrial, por tecnologia de comunicação; essa multiplicação em escala industrial requer um trabalho sobre os produtos culturais que veicula (condensação, adaptação) e também admite a criação de produtos próprios, para a veiculação nesse meio específico; privilegia a “Cultura Mística”, através do “espetáculo” em que basicamente consiste;

atinge uma plateia indiscriminada, no tocante a ser de variada origem social e constituir grande contingente populacional. (MEKSENAS, 1995, p. 130)

Meksenas inclui o livro didático entre os produtos diferenciados da indústria cultural.

Também o livro didático, como produto elaborado em escala industrial, atinge contingentes significativos da população. Também o livro didático, ao lidar com aspectos quer da “Cultura de Elite”, quer da “Cultura Popular”, condensa, adapta e cria especificidades. Tais características remetem esse recurso pedagógico à “Cultura de Massa”. (MEKSENAS, 1995, p. 131)

O livro didático é produzido de forma a apresentar os conteúdos curriculares e legitimar os interesses, as narrativas e o poder de do governo de um país, por isso heróis regionais ou nacionais são exaltados ou produzidos, certos valores são exemplarmente postos a fim de atingir de forma eficaz o povo e promover esses valores.

Meksenas alerta também para o uso do livro didático em sala de aula. Suas potencialidades são bem amplas e muito positivas, mas há que se utilizar com habilidade essa ferramenta de ensino. Por isso é de suma importância o uso criativo por parte do professor, estimulando uma apropriação crítica do material e explorando sua estrutura, escrita, as ideologias neles presentes e complementando os recortes temporais com informações confiáveis.

Observe-se a forma e a organização dos conteúdos apresentados: fazem do livro didático, um produto que, recortando/reordenando aspectos da Cultura, atinge igualmente leitores diferentes, produzindo um “espetáculo”. Poesias eruditas, textos populares, fotos, ilustrações e exercícios aparecem no livro didático como elementos constituintes do seu “espetáculo”: mobilizam a sensibilidade, expõem o “belo”, o “exótico” ou o “familiar”; apresentam-nos além do contexto social no qual foram produzidos. Tais aspectos integram-se ao objetivo específico desse elemento da Cultura de Massa: a veiculação de conhecimentos. É oportuno lembrar que essas características pontuam os limites do livro didático, ao mesmo tempo em que apontam para as suas possibilidades: admitimos que, na utilização em sala-de-aula, o livro didático pode ser elemento provocativo da realidade vivida pelo aluno, ao apresentá-la em outra perspectiva, ou mesmo, ao apresentar outras realidades. Entendemos que o “espetáculo”, como dimensão da Cultura de Massa, não pode ser reduzido a simples elemento de dominação. É possível lidar com a “sensibilidade”, o “belo”, o “exótico” ou o “familiar” como fatores que também mobilizam a consciência crítica. Nesse contexto, o livro didático e demais produtos da Cultura de Massa não podem ser reduzidos à condição de meros recursos mediadores de formas de dominação. (MEKSENAS, 1995, p. 131)

O risco é de o livro didático torna-se uma cartilha, um livro de receitas perfeitas ou a única fonte de informação em sala de aula. Por isso o papel do professor como mediador é de suma importância. Outra coisa importantíssima é o exercício da leitura autônoma e competente por parte dos estudantes e do professor. A leitura, em seu nível mais profundo, deve implicar uma atitude crítica, reflexiva diante do texto, um exercício que não se limita à decodificação automática dos signos. Nem o livro deve ser tomado como recipiente mágico, nem o professor como sacerdote e detentor do saber, nem o aluno como ser ingênuo e vazio. Cada um tem sua esfera de atuação e participação no processo de ensino-aprendizagem. Nesse processo, são fundamentais a pesquisa, a reflexão crítica e o exercício da leitura competente. Marisa Lajolo destaca o papel do professor quanto ao uso do livro, fazendo ajustes e adaptações conforme a necessidade percebida em sala de aula. Isso

[...] reforçará a posição de sujeito do professor em todas as práticas que constituem sua tarefa docente, em cujo dia-a-dia ele reescreve o livro didático, reafirmando-se, neste gesto, sujeito de sua prática pedagógica e um quase co-autor do livro. (LAJOLO, 1996, p. 9)

Retomo mais uma vez o argumento de Meksenas, para quem, a partir das categorias elaboradas por Karl Marx,

O livro didático, apresentando-se em nossa sociedade contemporânea como uma mercadoria, incorpora um duplo aspecto se pensarmos na teoria valor-trabalho de Marx (1983: cap.1.), valor de uso e valor de troca. Nesse sentido, o livro didático é também expressão ou materialização de relações sociais de produção, integrando a ordem capitalista em dois níveis:

a. Num primeiro momento, sua produção viabiliza em nossa formação social um dos meios possíveis de extração da mais-valia e das relações sociais decorrentes dessa extração, ou seja, possibilita a exploração econômica: a produção do excedente a ser apropriado pelos seus produtores industriais.

b. Num segundo momento, o livro didático sai da esfera da produção para entrar no processo de circulação simples de mercadorias: é adquirido para uso. Nesse segundo momento, ao ser utilizado, ele pode viabilizar tanto a reprodução social como a transformação. Se reproduzir, no seu conteúdo, idéias e valores da classe que exerce o poder, possibilita a veiculação da ideologia oficial e sua permanência. (MEKSENAS, 1995, p. 132)

Guy Debord, o autor da obra **Sociedade do Espetáculo**, critica a criação e a utilização das imagens dentro do capitalismo como forma de produzir alienação e disseminar dominação ideológica.

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário — o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna. (DEBORD, 2003, p. 11)

A sociedade do espetáculo, parafraseando Debord, constrói a imagem de seus heróis, como o capitalismo implanta as ideias de consumo, através do uso de propaganda. Nessa perspectiva crítica, Meksenas comenta como o livro didático funciona no sistema capitalista:

Nessa modalidade contribui para integração à ordem capitalista quando produzido e quando consumido. Simultaneamente, essa mercadoria também é objeto potencial das contradições do capitalismo, pois, ao veicular a ideologia dominante, o livro didático não impede os usuários (professores/alunos/leitores) de questionarem o conteúdo desse material pedagógico e, a partir daí, encontrarem nele subsídios para pôr a ordem capitalista sob suspeita. Por outro lado, se veicular um conteúdo crítico, no todo ou em parte, também não garante que os usuários o empreguem de maneira criativa e reflexiva, podendo até ocorrer um consumo “inquestionável”, que igualmente encaminhe ações inflexíveis e rígidas. Talvez esteja nisso a explicação para o fato de que, em meio aos livros didáticos produzidos, haja alguns que, embora não representativos dessa mercadoria, sejam significativos pela qualidade e teor do conteúdo e das propostas de trabalho. (MEKSENAS, 1995, p. 133)

A compreensão do livro didático como produto da indústria cultural no contexto do capitalismo é fundamental para professores, tanto no momento da escolha do material a ser utilizado na escola quanto no momento de trabalhar com ele em sala de aula. Tal perspectiva precisa ser discutida entre os pares da escola, os demais professores, e compartilhada com os alunos, que precisam também entender que esse material tão caro ao aprendizado é fruto de escolhas políticas e ideológicas que envolvem várias dimensões que estão para além da sala de aula. Portanto, a

apropriação do livro didático e seu uso devem incluir essa dimensão contextual mais ampla.

Na escolha do livro didático que a instituição de ensino irá utilizar durante o ano letivo, o professor desempenha papel importante, pois ele conhece a realidade escolar onde está inserido, os instrumentos didáticos que irá utilizar juntamente com o livro, como também as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas em sala de aula. Juntamente com o aluno, ele pode ser um agente de desconstrução de preconceitos e inconsistências. Conforme pontua Simões:

A participação do professor na avaliação e escolha do livro deve ser visualizada como forma de promoção e valorização do exercício docente. Ela possibilita ao professor refletir criticamente, sobre a proposta pedagógica, o planejamento do trabalho docente, os conteúdos e metodologias que serão utilizadas. A tarefa de avaliar o conteúdo do livro e sua adequação ao trabalho pedagógico, leva o professor a refletir sobre sua prática, a ampliar os seus questionamentos e inquietações e, conseqüentemente, a desenvolver uma maior autonomia pedagógica em relação ao que editoras e PNLD apresentam como caminho a seguir. (SIMÕES, 2006, p. 13)

O próprio ato da leitura já permite o exercício da autonomia e da criticidade. Independentemente do conteúdo do material didático, a leitura deve por si só caracterizar-se como uma atividade geradora de reflexão e autonomia. A leitura, nos termos paulofreireanos, é um processo de tomada de consciência da realidade, mais do que mera repetição ou decodificação mecânica. Meksenas destaca esse aspecto incontrolável da leitura, que é capaz de subverter os esquemas originais quando da produção do livro.

Ao perceber o livro didático como mercadoria, nós o compreendemos como expressão dos valores de troca e uso. Num primeiro momento, o livro pode servir à reprodução do capital nos planos da produção e da ideologia. Entretanto, por possuir a peculiaridade de mediar a transmissão/construção de conhecimentos, pode ser questionado ou mesmo consumido de forma divergente. Nessa situação, o consumo pode gerar contra ideologia. O momento do consumo do Livro Didático não garante a reprodução; pode gerar o seu contrário. É oportuna a frase de Marx: “[...] La producción es, pues, inmediatamente consumo; este es inmediatamente producción. Cada cual es inmediatamente su contrario. Al mismo tiempo tiene lugar un movimiento mediador entre ambos” (1970:235). Ou seja, na perspectiva de reproduzir, pode o livro didático produzir outro conhecimento. Nesse sentido, partilhamos também das palavras de Lefort (1983:13): “É na leitura que um livro se faz”. (MEKSENAS, 1995, p. 133)

O docente é um dos responsáveis pela condução do processo de construção da cidadania no contexto escolar. Esclarecer o trabalho que envolve a produção do livro didático e parte da construção do cidadão. Mais do que mercadoria a ser consumida, o livro é ferramenta educacional. E é necessário criar formas para que o conhecimento seja apresentado a ele de maneira coerente e crítica, sendo necessário que o aluno desenvolva sua autonomia no processo de aprender. É o caso do livro de história, por exemplo, como alerta Cainelli:

A utilização de livros didáticos de história pode auxiliar a ensinar história no ensino fundamental, mas também pode criar alguns problemas como, por exemplo, entender a história como algo pronto e acabado, com conteúdos pré-definidos sem levar em conta o contexto e os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. (CAINELLI, 2010, p. 25)

O Brasil é um país de proporções continentais, com uma miscigenação cultural elevada, onde num mesmo estado há tantas culturas que muitas vezes fica difícil nomear uma cultura dominante, como é o caso de Santa Catarina, onde a região oeste tem forte influência do gaúcho e o litoral, como Florianópolis, tem forte tradição açoriana, sem contar as colônias italianas, alemãs, polonesas, etc. Será que os livros que enviados para serem selecionados aqui refletem a diversidade deste estado da federação? Como os livros são produzidos fora daqui, por autores radicados em outros contextos, é provável que o livro não dê conta dessa diversidade. Dessa maneira, há uma inevitável limitação quando um livro produzido em São Paulo é distribuído no restante do País de tamanho continental e tão rico em culturais regionais e locais.

Sem dúvida, os estudantes de Santa Catarina precisam ter um conhecimento abrangente e sólido da história do Brasil, e não apenas da nossa história local. No entanto, algum tipo de ligação entre as duas perspectivas é necessário para dar conta tanto da nossa história nacional quanto da nossa história regional e local. Será necessário que as instituições escolares e os professores ofereçam conteúdo complementar que supra as faltas, digamos assim, dos livros didáticos.

Os livros didáticos produzidos e distribuídos no País, de forma indireta, divulgam que o berço cultural dos seus personagens principais, que acabar girando em torno do eixo, Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, deixando de lado outras regiões

e culturas cujo papel histórico não é considerado central. Acontece que a cultura está diretamente ligada às representações que dela são feitas, como observa Boas (2010, p. 103) ao dizer que a cultura determina a forma como os grupos sociais se relacionam entre si e estruturam os saberes cotidianos.

Portanto, num mundo onde a educação é formatada sistematicamente pela indústria cultural, constantemente atualizada como um *software*, as culturas que estão fora do eixo Rio, São Paulo, Minas vão ficando “de lado”, e algumas são totalmente marginalizadas ou entram no estigma do exótico, do curioso, do pitoresco, como é o caso da cultura da Bahia, por exemplo. Há que se contextualizar as diferentes regiões e incluir uma gama mais representativa possível de figuras de destaque de cada região do Brasil. Dentro da diversidade cultural existente em nosso país, cada etnia cria seus símbolos e suas práticas culturais, não sendo possível normalizar uma identidade qualquer.

Quando falamos do Brasil, percebemos identidades variadas, devido à grande quantidade de grupos étnicos que formam o povo brasileiro. Identidade não tem relação com questões biológicas, mas sim com expressões culturais, por isso num país tão diversificado como o nosso fica difícil “rotular” uma identidade única e naturalizada, como demonstra Hall:

Ao definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial. (HALL, 2006, p. 47)

Dentro dessa diversificação de identidades presentes no Brasil, devido ao multiculturalismo do povo brasileiro, a figura do herói deve ser repensada, para assim respeitar essas diferentes identidades e o instrumento que pode ajudar nesse processo, seria o livro didático. Não é preciso que cada região tenha seu próprio livro, mas cada livro deve levar em conta a cultura de cada região, buscando ser o mais inclusivo possível. Caso isso não seja feito, o resultado é um processo de padronização da cultura através do livro didático. O criador do livro e a editora têm de ter esse compromisso com seus leitores. É preciso também levar em conta a realidade

regional, social e escolar dos educandos. Para Meksenas, esse cuidado inclui também a reflexão sobre questões políticas e sociais importantes.

Nesta concepção, a qualidade do texto didático é também definida pela incorporação nele contida e nem sempre explícita: do compromisso pedagógico e político dos produtores diretos (autor, editor) com o leitor específico a que se destinam; da compreensão que têm das possibilidades da realidade escolar vivenciada pelo leitor. Outros estudos, críticos dos aspectos ideológicos, aparecem como denúncia de ideologia burguesa veiculada pelo livro didático. Nesse sentido, seriam pesquisas que priorizam a qualidade e não a forma como são apresentados os conteúdos do livro didático. Da discussão técnica, caminha-se para a discussão política: que interesse representam os conteúdos presentes no livro didático? Que práticas sociais esse material pedagógico elege como “corretas”? Tais indagações têm levado ao desenvolvimento de estudos semelhantes ao desenvolvido por Nosella (1979). De modo geral, esses estudos têm sido criticados por se apoiarem numa visão empobrecedora do conceito marxista de ideologia, pois “[...] são unânimes em ressaltar que a ideologia contida no Livro Didático serve para consolidar a hegemonia da classe dominante e, com ela, as relações de produção. Também são unânimes – apesar das diferenças de ênfase – em afirmar que o Livro Didático, por ser ideológico, é alheio à realidade, ignorando a tese de Marx de que a realidade está presente em negativo e de forma deformada (*Verstellt*) no discurso ideológico. Um terceiro ponto de convergência é a afirmação de que o livro é inadequado para a criança carente, por referir-se a ambientes e vivências de crianças da burguesia” (Freitag et alii, 1989:86). (MEKSENAS, 1995, p. 139)

O livro didático, como acima citado, também é carregado de tendências pedagógicas, sociais, políticas e ideológicas. Sendo assim, ele muitas vezes apresenta uma realidade ou situação diferente da que o educando ou leitor vive. Outras vezes, escondem-se as contradições dessa realidade, funcionando ideologicamente.

Existem regiões do Brasil onde os alunos não conseguem sequer chegar às escolas em função de enchentes. No Amazonas, por exemplo, onde o clima e a natureza impõem uma série de adversidades, onde ficam as localidades mais remotas e de difícil acesso, a questão das tendências dos livros didáticos é o menor problema que os professores enfrentam. Às vezes o livro pode ser um dos poucos senão o único material disponível tanto para o docente como para o educando. E o professor pode fazer diferença na formação do aluno, na interpretação de um texto apresentado num livro didático. Entretanto, o modo como a Floresta Amazônica e os povos da floresta, os povos indígenas, os habitantes ribeirinhos são representados é de extrema importância. Um livro didático que apresente uma visão preconceituosa dos povos indígenas, por exemplo, será um desastre em qualquer lugar do Brasil, mas sobretudo

nas regiões e comunidades próximas a esses povos, já marcadas por conflitos de demarcação de terra, invasões, grileiros e acelerado desmatamento. O modo como o livro didático apresenta a noção de progresso e modernidade também é particularmente importante.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor, diante das circunstâncias em sala de aula, vê no livro didático a possibilidade de sistematizar o conteúdo que deve ser ensinado, de acordo com o que é proposto pelo currículo escolar. Pelos desafios do contexto educacional e da lógica capitalista que torna serviços em bens de consumo, criou-se um mercado editorial que explora o campo da editoração escolar, na busca incessante por materiais inovadores que possam auxiliar o professor e seus alunos na relação ensino-aprendizagem.

A indústria cultural, que transformou as expressões artísticas em mercadorias capitalistas, fazendo com que a arte propriamente dita perdesse seu caráter crítico e único, como evidencia Adorno, transfere essa mesma lógica de consumo para a produção de livros didáticos, que buscou conquistar um determinado público-consumidor, de acordo com a perspicácia de empresas fabricantes de livros e revistas. Essa indústria, ao se adaptar aos editais do governo, sempre a partir de uma necessidade de corrigir erros anteriores, acaba por produzir, até o presente momento, materiais cada vez melhores em termos de qualidade técnica e de conteúdo, o que não resolve todos os problemas do produto nem elimina suas limitações.

Meu pensamento é tributário de Adorno, segundo o qual a arte acabou por se “dobrar” aos interesses dos meios de produção de cultura de massa e perdeu sua originalidade e exclusividade. O livro didático, visto como instrumento de guarda e transmissão de conhecimento, torna-se também mais uma mercadoria a ser consumida.

Concluindo, o livro didático é um instrumento hoje considerado de suma importância para o desenvolvimento da aprendizagem nas escolas brasileiras, ainda que seja um produto, no meio de tantos outros, oferecidos pelo mercado de bens culturais e seguindo a lógica da economia de mercado do sistema capitalista. A

reflexão sobre o uso desse instrumento de trabalho consiste numa tarefa fundamental para professores, para garantir que esse instrumento de fato sirva aos estudantes em seu processo de aprendizado, e que isso ocorra de modo a garantir sua autonomia e consciência crítica.

4. REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. Seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida; traduzido por Juba Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Auxiliadora. **Ensino de história**: fundamentos métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Trad. Celso de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

CAINELLI, M.; OLIVEIRA, S. Entre o conhecimento histórico e o saber escolar: uma reflexão sobre o livro didático de História para as séries iniciais. In: OLIVEIRA, M. Dias; STAMATTO, M.I.S. (org.). **O livro didático de História**: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFRRN, 2007. p. 89-98.

COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual didático. **Em Aberto**, Brasília, DF, ano 16, n. 69, p. 3-9, 1996. Disponível em: Disponível em: <dominiopublico.gov.br/pesquisa/ DetalheObraForm.do? select_action=&co_obra=19510>. Acesso: 14 maio 2020

MEKSENAS, Paulo. Contextos do Livro Didático e Comunicação. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, n. 24, p. 129-143, 1995.



Criar Educação, Criciúma, v. 12, nº2, ago/dez 2023.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

SILVA, E.T da. **Livro didático**: do ritual de passagem à ultrapassagem. Em Aberto, Brasília, DF, ano 16, n. 69, p. 10 -15, jan./mar. 1996. Disponível em: <dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=19510>. Acesso em: 8 ago. 2015.

SIMÕES, P.M.U. Programa Nacional do Livro Didático: avanços e dificuldades. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 22, n. 1, p. 79-91, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1362/1082>>. Acesso: 8 set. 2015.

Recebido novembro 2022.

Aprovado maio 2022.